

“Combates pela História”: a “guerra dos sexos” na historiografia*

Marina Alves Amorim**

*Como poremos então a questão? E, antes de mais
nada, quem somos nós para apresentá-la?
Os homens são parte e juiz; as mulheres também.
Onde encontrar um anjo?
Em verdade, um anjo seria mal indicado para falar,
ignoraria todos os dados do problema;
quanto ao hermafrodita, é um caso demasiado
singular: não é nem homem nem mulher.
Creio que para elucidar a situação das mulheres são
ainda certas mulheres as mais indicadas.
É um sofisma encerrar Epimênides no conceito de
cretense e os cretenses no de mentiroso:
não é uma essência mentirosa que determina a boa
ou a má fé nos homens e nas mulheres;
é a situação deles que os predispõe mais ou menos à
procura da verdade.¹*

* Recebido para publicação em novembro de 2002.

** Bacharel em História pela FAFICH – UFMG; mestranda em Educação pela FaE-UFMG.

¹ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. Fatos e Mitos*. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001, p.21. [Tradução de Sérgio Milliet. *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949.]

“guerra dos sexos” na historiografia

História e historiografia das mulheres: duas considerações freqüentes

Introduzindo a coleção *História das Mulheres no Ocidente*, obra clássica da dita historiografia feminista – assim nomeada em decorrência de sua perspectiva igualitária –, Duby e Perrot afirmam:

as mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da Antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da História das “Mentalidades”, mais atenta ao quotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. “Donde vimos? Para onde vamos?”, pensavam elas; e dentro e fora das Universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo.²

Na introdução do quinto volume da mesma coleção, Thébaud, por sua vez, justifica porque são mulheres as autoras da totalidade dos artigos reunidos:

a ausência de contributos masculinos não é o resultado de uma exclusão deliberada, mas a consequência de uma realidade historiográfica: porque se trata da nossa História, da História das nossas mães e das nossas avós, porque freqüentemente é menos cotada cientificamente, a História das Mulheres do século XX é, mais ainda do que para períodos precedentes, obra de mulheres.³

² DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.) Escrever a História das Mulheres. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.07.

³ THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres...* Op. cit., p.21-22.

Os dois excertos selecionados explicitam duas considerações freqüentes, no que tange a História e a historiografia das mulheres. Surge a idéia de uma hierarquia científica no campo da História, responsável por atribuir às mulheres, primeiramente, lugar nenhum na historiografia e, posteriormente, em consequência de redefinições nessa hierarquia, um lugar menor. Postula-se, ainda, uma associação entre a incursão das mulheres na escrita da História e o seu surgimento na produção historiográfica. O presente artigo se propõe a refletir sobre tais considerações, especialmente em um diálogo com Perrot⁴, a partir de um mapeamento da produção científica sobre a mulher, realizado junto aos Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).⁵

Da exclusão das mulheres da História

Perrot classifica as mulheres, juntamente com os operários e os prisioneiros, como excluídos da História. Segundo a autora

o “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e

⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 [Tradução de Denice Bottmann]; *Práticas da memória feminina*. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. (org.) *Revista Brasileira de História. A mulher no espaço público*. Vol. 9, nº 18, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, ago/set de 1989. [Tradução de Cláudio Henrique de Moraes Batalha e Miriam Pilar Grossi.]; 1995, 1998)

⁵ A saber: Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (mestrado), Ciências Humanas: Sociologia e Política (doutorado), Comunicação Social (mestrado), Educação (mestrado e doutorado), Filosofia (mestrado e doutorado), História (mestrado), Psicologia Social (mestrado) e Sociologia (mestrado).

“guerra dos sexos” na historiografia

negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade.⁶

Essa exclusão ocorreria, por um lado, ao nível do relato, e, por outro, ao nível das fontes, base do trabalho historiográfico. A narrativa histórica tradicional reserva pouco espaço às mulheres, privilegiando a política e a economia, onde elas pouco apareciam e continuam aparecendo minoritariamente. Essa ausência é ampliada pela deficiência dos registros primários públicos. Como o ofício de registrar foi, por muito tempo, também obra exclusivamente masculina, existe pouco material, nos arquivos públicos, que dizem respeito às mulheres, pois, mais uma vez, é a política e a economia o interesse central.

Enfrentar o desafio de escrever a História das Mulheres, segundo Perrot⁷, impõe, então, ir além da documentação pública, já que a forma como estão registrados os vestígios das mulheres está intimamente ligada à sua condição, ao lugar que ocupam socialmente.

Os arquivos privados, na medida em que, neles, elas se exprimiam de forma bem mais abundante, sendo até mesmo as suas únicas produtoras, fornecem outras pistas e informações. Entretanto, essa documentação sofre constante destruição, por indiferença dos descendentes ou pelo medo que as próprias mulheres sentem de serem incompreendidas, e são de difícil acesso, em decorrência do gosto pelos segredos de família.

As “coisas” terminam por surgir, então, como fontes privilegiadas.

...é ao mundo mudo e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória. (...) As mulheres se dedicam (...) à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou excursão, ‘mil nadas’ povoam as cristaleiras, pequenos museus da

⁶ PERROT, M. *Os excluídos da história...* Op. cit., p.185.

⁷ PERROT, M. *Práticas da memória feminina.* Op. cit.

lembrança feminina. As mulheres têm paixão pelos porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram seus tesouros: mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas que, antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada. Álbuns de desenhos ou de cartões-postais memorizam viagens.⁸

E, dentro desse “mundo das coisas”, o enxoval e o vestuário merecem destaque especial.

O enxoval, cuidadosamente preparado nos meios populares, sobretudo rurais, é “uma longa história entre mãe e filha”. A confecção do enxoval é um legado de saberes e de segredos, do corpo e do coração, longamente destilados. (...) A espessura dos lençóis, a delicadeza das toalhas de mesa, os monogramas nos guardanapos, a qualidade dos panos de limpeza ganham sentido numa cadeia de gestos repetidos e engrinaldados.⁹

Uma mulher inscreve as circunstâncias de sua vida nos vestidos que ela usa, seus amores na cor de uma echarpe ou na forma de um chapéu. Uma luva, um lenço são para ela relíquias das quais só ela sabe o preço. A monotonia dos anos se diferencia pela toailete que fixa também a representação dos acontecimentos que fazem bater o coração: “Naquele dia eu usava...” ela diria. A memória das mulheres é trajada. A vestimenta é sua segunda pele, a única da qual se ousa falar, ou ao menos sonhar. A importância das aparências faz com que as mulheres sejam mais atentas ao seu léxico.¹⁰

⁸ ID., *IB.*, p.13.

⁹ PERROT, M. Práticas da memória feminina. *Op. cit.*, p.14.

¹⁰ ID., *IB.*, p.14.

“guerra dos sexos” na historiografia

Para além das “coisas”, a História Oral também se apresenta como metodologia privilegiada de pesquisa, em se tratando da História das Mulheres. Primeiramente, a maior longevidade das mulheres lhes confere o papel legítimo de testemunhas. A segunda razão é a sua loquacidade, em contrapartida ao mutismo masculino, principalmente em se tratando de recordações da vida privada.

...ou o trabalho e a atração exterior terão atrofiado a memória masculina sobre estas questões, ou ainda (...) falar de si mesmo seja contrário à honra viril que considera essas coisas negligenciáveis, abandonando às esposas o lugar junto ao berço e as questões relativas à casa. (...) Sobre a família e o cotidiano, que se pergunte às mulheres!¹¹

Finalmente, o movimento feminista desenvolveu uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres, e, no intuito de respondê-la, na falta de testemunhos escritos, terminou-se recorrendo aos testemunhos orais, em larga escala. Dessa forma, a História Oral pode ser considerada como uma espécie de revanche das mulheres, na História e na historiografia.

A raiz da dupla exclusão apresentada – da narrativa e dos registros históricos –, na verdade, seria uma exclusão original.¹² O espaço público se coloca para as mulheres e os homens de forma radicalmente diferente, desde a Grécia antiga. Enquanto o homem público desempenha um papel importante e reconhecido, encarnando a honra e a virtude, a mulher pública possui um caráter extremamente negativo, sendo, na verdade, a antítese do ideal de mulher, que está intimamente associado com a família e as coisas domésticas.¹³

¹¹ PERROT, M. Práticas da memória feminina. Op. cit., pp.16-17.

¹² Id. *Os excluídos da história...* Op. cit.

¹³ Id. *Mulheres públicas*. São Paulo, UNESP, 1998. [Tradução de Roberto Leal Ferreira. *Femmes publiques*. Paris, Editions Textuel, 1997.]

Entretanto, é certo que a dicotomia público e privado não é suficiente para explicar a complexidade das relações de gênero e sua inscrição espacial, considerando que nem todo público é masculino ou todo privado é feminino.

...essa aparente simplicidade embaralha-se pela imbricação das fronteiras. As mulheres circulam pelo espaço público, aonde as chamam suas funções mundanas e [também] domésticas. Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial, da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam (...) ¹⁴

Basta lembrar, por exemplo, o reinado masculino no escritório ou biblioteca das residências de elite, desde o século XIX, ou o reinado feminino nas grandes lojas de departamentos e nas campanhas publicitárias, no século XX, para compreender melhor essa imbricação das fronteiras, relativa a uma divisão sexual dos espaços, dentro de um viés permitido. Enfim, o fato não é que as mulheres não participavam do espaço público, mas que elas participavam (e continuam participando) de tal espaço de forma completamente distinta dos homens.

A narrativa histórica e a produção das fontes históricas, considerando o quadro descrito anteriormente, centram-se, geralmente, na vida pública, mas não na sua totalidade, e sim em sua fração masculina. Não existiu, por muito tempo, qualquer preocupação da parte dos historiadores em registrar e problematizar o lado público feminino, bem como a vida privada.

Uma História das Mulheres sexista

Quando as mulheres emergem desse “mundo de homens”, geralmente, encontram-se perpassadas por imagens idealizadas, mitificadas e estereotipadas, sendo muito raramente tomadas por si

¹⁴ ID., IB., p.10.

“guerra dos sexos” na historiografia

mesmas. Vale dizer que os laços entre a formulação de uma questão histórica e o tipo de sociedade que a colocou e analisou, em particular ao tipo de relação entre os sexos que a estrutura, são tênues e fundamentais.

A obra de Michellet (século XIX), por exemplo, segundo Perrot¹⁵, é perpassada por uma visão sexuada da História, já que é a oposição homem-cultura e mulher-natureza que move os acontecimentos. Para esse historiador, existe uma natureza feminina que possui dois vieses. Por um lado, é maternal e benéfica, quando encarna uma imagem idealizada positiva, ou seja, a da esposa e mãe, por outro, é demoníaca e, portanto, maléfica, quando tenta subverter os limiares de uma divisão sexual que se quer instituída, e termina por se aproximar de outras representações da mulher, como a Eva ou a feiticeira. O progresso e o retrocesso, na visão do autor, estão associados à efetivação da divisão sexual tradicional ou a inversão dos papéis dessa divisão.

Michelet demonstra-o em diferentes fases da história da França, e mais particularmente durante a Revolução. Dominado pela lei paterna e pela autoridade real, o século XIV lhe parece uma era de progressos decisivos, pela exclusão das mulheres. No século XV, o obscurecimento do direito e a mistura dos sexos acarretam a desordem dos espíritos – a loucura de Carlos VI – e do reino. Figura masculina por excelência, Francisco I recompõe a situação; mas à sua morte, com Catarina, inicia-se um longo período de inversão dos papéis e aberrações sexuais. Assim, a mulher “desfigura a história por cem anos”.¹⁶

De fato, é perceptível que, em grande medida, imagens ideais, mitos e estereótipos encobrem as mulheres “de carne e osso” na historiografia, mascarando com traços eternos e naturais uma realidade socialmente construída, logo, em constante mutação, e moldando a História dentro de uma visão dicotômica do masculino e do feminino.

¹⁵ ID. *Os excluídos da história...* Op. cit.

¹⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* Op. cit., p.174.

Ora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise (...) colocará na categoria das neuróticas; filha do diabo, mulher louca, histérica herdeira das feiticeiras de outrora. (...) [Ora a mulher é água], mas ainda água parada, lisa como um espelho oferecido, estagnante como um belo lago submisso; mulher doce, passiva, amorosa, quieta, instintiva e paciente, misteriosa (...). Mulher-terra, enfim, nutriz e fecunda, planície estendida que se deixa moldar e fustigar, penetrar e semear (...); mulher estabilizadora, civilizadora, apoio dos poderes fundadores, pedestal da moral; mulher matriz (...)¹⁷

Mas como uma simbologia congelada pode contar a História das Mulheres? Encerrar as mulheres na imobilidade dos costumes, na fatalidade dos papéis e na fixidez dos espaços, sem dúvida, é uma forma de transformar em ritos tranqüilos as tensões e as lutas, simplificando a complexidade da realidade histórica.

Da inclusão das mulheres na História

Segundo Louro¹⁸, o movimento feminista organizado¹⁹, no Ocidente, é um fenômeno do século XIX. A sua “primeira onda” data da virada para o século XX, quando as manifestações contra o sexismo adquiriram visibilidade e expressividade com o chamado sufrágio, que visava à extensão do direito de voto às mulheres.

¹⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* Op. cit., pp.187-188.

¹⁸ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 4ª edição, Petrópolis, Vozes, 2001, pp.14-56. [1ª ed., 1997]

¹⁹ Utilizo a expressão “movimento feminista organizado”, assim como, posteriormente, utilizarei a expressão “movimento da História das Mulheres”, buscando distinguir esses fenômenos de esforços anteriores, que lutavam pela equidade dos sexos e escreviam sobre o passado das mulheres, entretanto de forma isolada e individual.

“guerra dos sexos” na historiografia

Ao alcance dessa meta, seguiu-se uma certa desaceleração do movimento. No final da década de 60, ele retoma novo fôlego, entretanto, a “segunda onda” já não tinha mais somente preocupações políticas e sociais, e começou a investir em construções teóricas, que penetram nas Universidades, a partir das militantes feministas do mundo acadêmico.

O objetivo das estudiosas feministas, nos primeiros tempos, era tornar a mulher visível como sujeito da Ciência. Dessa forma, os estudos iniciais caracterizam-se pela descrição das condições de vida das mulheres em diferentes instâncias e espaços, apontando ou comentando as desigualdades entre os sexos, denunciando a opressão e o submetimento feminino, contando, criticando ou mesmo celebrando as características tidas como femininas. Seu grande mérito foi transformar a mulher em tema central, já que, anteriormente, ela era vista como exceção, como um desvio à regra masculina.

Aos poucos, os estudos feministas começam a exigir mais do que descrições minuciosas e passam a ensaiar explicações, lançando mão de teorias como a marxista ou a psicanalítica principalmente. É nesse contexto que surge a necessidade de produzir uma teorização propriamente feminista: o conceito de gênero é construído. Através desse conceito, defende-se que a desigualdade entre homens e mulheres não está fundada em características sexuais, mas na forma como elas são representadas ou valorizadas socialmente, ou seja, não importa exatamente os sexos das pessoas, mas tudo o que se construiu sobre os sexos. Rejeita-se, dessa forma, um determinismo biológico, pois, sem negar a biologia, enfatiza-se a construção histórica a seu respeito.

O movimento da História das Mulheres, conforme defende Scott²⁰, precisa ser compreendido dentro do movimento dos estudos feministas apresentado anteriormente. Suas origens

²⁰ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da História. Novas Perspectivas*. 5ª reimpressão, São Paulo, UNESP, 1992, pp.63-95. [Tradução de Magda Lopes. *New Perspectives on Historical Writing*. England, 1991.]

encontram-se nos anos 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma História que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicação sobre a opressão e inspiração para a ação. As acadêmicas feministas, fazendo uma conexão direta entre ciência e política, lançam-se nesse empreendimento. Em meados da década de 70, a História das Mulheres já era marcada por questionamentos amplos, pelo diálogo interpretativo avançado, pelo acúmulo de monografias e artigos, além de autoridades intelectuais reconhecidas, ou seja, possuía uma legitimidade parcial, ao menos. Finalmente, na década de 80, tornou-se um campo definível, ao investir em teorizações.

Acrescento a análise anterior o movimento ocorrido dentro do campo teórico e metodológico da História. Com o fim da chamada Era Braudel ou Segunda Geração dos *Annales* (1956-1969), marcada pela produção de grandes obras de “história total”, centradas nos aspectos sócio-econômicos e suas relações com o meio geográfico, e em tudo avessa ao estudo do mental, emergem novas correntes historiográficas, conhecidas em seu conjunto como Terceira Geração dos *Annales* (1970-...) ²¹, que dão permissão às mulheres para insurgirem na cena histórica. Isso porque tal reestruturação historiográfica terminou por promover uma pulverização das temáticas de estudo, dando preferência aos assuntos ligados à vida cotidiana e as representações, elegendo temas pouco ou nada freqüentados pelos historiadores, valorizando enredos e personagens muitas vezes anônimos. ²²

Mas que mulher a historiografia feminista retrata?

A palavra poder possui um sentido polissêmico, designando, no singular, basicamente o Estado, e, no plural, fragmentos múltiplos equivalentes a influências difusas e periféricas. As relações da mulher com o poder se inscrevem nesse jogo de palavras, pois,

²¹ A saber: Nova História, História das Mentalidades, História Cultural, Nova História Cultural e Micro-História.

²² VAINFAS, Ronaldo. *Micro-História. Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

“guerra dos sexos” na historiografia

diante do poder masculino do Estado, ela se torna um personagem esvaziado de poder, subjugado, já, considerando o termo no plural, a mulher se torna detentora de poderes, na verdade, da realidade do poder.²³ Os historiadores de forma geral se apropriam desse jogo de palavras, em seus discursos sobre as mulheres.

A pesquisa histórica feminista, por um lado, é perpassada por um esforço de reavaliação da questão do poder das mulheres, com o objetivo de superar o discurso da opressão, subverter o ponto de vista da dominação, apresentando presenças e ações reais, a plenitude de papéis e poderes, enfim, uma imagem positiva da mulher. Parte-se do princípio de que a divisão sexual equilibrada de papéis, tarefas e espaços, mais complementares do que concorrentes, é um modelo idealizado, possível apenas em uma sociedade sem conflitos, muito distante da complexidade da realidade histórica. Filha, esposa, mãe e dona de casa, essa teria sido a regra, por muito tempo, entretanto, qual seria a prática, muito mais complexa e difícil de apreender?

Qual a natureza e a extensão do ou dos poderes femininos (...)? Como se fazia a repartição das decisões entre os dois sexos? Quais os conflitos, abertos ou ocultos, que se formaram a respeito?²⁴

Os trabalhos de Perrot sobre a mulher francesa urbana das classes populares, no século XIX, seriam exemplos, dentro dessa perspectiva. Segundo a própria autora, ela

quis substituir a representação dominante de uma dona-de-casa, insignificante, negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do urbano.²⁵

²³ BERNOS *apud* PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* Op. cit., p.167.

²⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* Op. cit., p.179.

²⁵ ID., *IB.*, p.172.

É perceptível seu esforço em contestar a idéia de que a ocupação da dona-de-casa significava a permanência da mulher no interior do lar, já que suas funções implicavam deslocamentos pela cidade. A realização dos trabalhos domésticos, que incluíam a alimentação, o aquecimento, a conservação da casa, os cuidados com a roupa, o transporte da água, dentre outros, impunha uma série de idas e vindas. A obtenção de recursos monetários, marginais em períodos normais, mas vitais em períodos de crises, seja através da realização de faxinas, lavagens de roupa, entregas, pequeno comércio em bancas ou vendas à domicílio, também pressupunha o trânsito das mulheres. Além disso, as residências das classes populares eram tão absolutamente diminutas, que não poderiam ser utilizadas para mais que dormir e comer, sendo a rua, então, um prolongamento da casa.

A partir desses deslocamentos das mulheres pela esfera pública, a idéia de uma barreira intransponível entre os sexos, definida por uma divisão sexual, também é contestada pela autora. Segundo ela, as fronteiras sexuais eram mais fluidas e indefinidas do que geralmente se acredita, e não poderiam ser explicadas pela dicotomia entre público e privado, mesmo porque que essa divisão não estava de fato consolidada pela racionalização das cidades, o que só iria ocorrer em fins do século XIX e início do século XX.

Em uma perspectiva contrária, finalmente, a pesquisa histórica feminista condena a utilização da que pode ser denominada uma lente que inverte os pólos mais correntes de análise, classificando esse procedimento como arriscado, fraco e até mesmo idílico, não apenas porque termina sendo sistemático e dicotômico demais, mas também porque poderia dificultar a expansão dos poderes femininos. Afinal, se elas são detentoras de tantos poderes efetivos, porque reivindicam outros?

Assim, por exemplo, a percepção extremamente positiva com que o século XX é apresentado, freqüentemente, na historiografia das mulheres, se comparado com os séculos anteriores, não apenas faz alusão a uma idéia equivocada de progresso, mas também

“guerra dos sexos” na historiografia

esquece momentos negros experienciados pelas mulheres nesse período. Imagens como

...a *garçonne*, produto da guerra e dos Anos Loucos, a mulher “emancipada”, produto da pílula, ou até mesmo a *superwoman* dos anos oitenta, produto do feminismo e da sociedade de consumo, capaz de se equilibrar com sucesso entre a carreira, os filhos e os amores (...) ²⁶

terminariam por esconder a permanência ou mesmo o aumento da desigualdade entre os homens e as mulheres, e, portanto, que, na realidade, nada está definitivamente conquistado e muito está por sê-lo.

Os laços entre mulher e produção científica na área de Ciências Humanas da UFMG

A discussão proposta nesse artigo implica em refletir sobre a produção científica dos Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas da UFMG, mais exatamente sobre a parte dessa produção preocupada com a mulher, levando em conta as considerações apresentadas na parte introdutória. A mulher seria uma preocupação menor no conjunto dessa produção? Existiria de fato uma associação entre os estudos sobre a mulher e a produção científica produzida por mulheres? ²⁷

Vale explicitar, inicialmente, os critérios que nortearam o mapeamento realizado junto aos Programas de Pós-Graduação:

²⁶ THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: *História das Mulheres...* Op. cit., pp.9-23.

²⁷ Coloco-me a utilizar “produção preocupada com a mulher”, a “mulher como preocupação menor”, “estudos sobre a mulher”, considerando que o termo gênero é obra dos anos 80, quando alguns dos Programas de Pós-Graduação pesquisados já estavam em pleno funcionamento. Assim, a intenção é englobar tanto os trabalhos que lançam mão dessa teorização feminista quanto os que estão aquém dessa discussão, mas não deixam de centrar-se na figura da mulher ou temáticas a ela intimamente ligadas, como o aborto, por exemplo.

i. As fontes utilizadas foram as listagens das dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado defendidas, contendo título do trabalho, autor(a), orientador(a) e ano da defesa²⁸;

ii. Foram considerados os trabalhos que já demonstravam no título uma preocupação central com a mulher, bem como aqueles que demonstravam a realização de uma abordagem sexuada de temáticas.

É verdade que os critérios utilizados limitam as conclusões do mapeamento, conferindo-lhe um caráter exploratório e muito restrito ao ponto de vista quantitativo. Entretanto, acredita-se que os dados levantados merecem crédito, pois se os títulos não são capazes de abarcar a totalidade das obras que anunciam, dizem muito delas.

Com exceção do Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, onde a totalidade dos autores das teses é do sexo masculino, e do Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia do Departamento de Filosofia da FAFICH – UFMG, onde pessoas do sexo masculino são responsáveis por 68,84% do total dos trabalhos desenvolvidos, a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFMG é majoritariamente feminina, conforme pode ser visualizado na Tabela 1. Indo além, em quatro desses oito Programas, mais de 60% dos trabalhos é de autoria de mulheres, sendo que esse número chega a 75%, no caso do Programa de Mestrado em Psicologia Social do Departamento de Psicologia da FAFICH – UFMG, e 77, 29%, no caso do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG.²⁹

²⁸ As fontes utilizadas estão relacionadas ao final do trabalho.

²⁹ Segundo Silva, o número de pesquisadores por sexo, em se tratando das Humanidades, no Brasil, em 1995 e 1997, é de 2403 homens (44%) e 3110 mulheres (56%), e 3807 homens (42%) e 5245 mulheres (58%), respectivamente. SILVA, Regina Coeli da Silveira e. Um estudo de gênero na educação brasileira.

“guerra dos sexos” na historiografia

Tabela 1 Dissertações e/ou teses defendidas por sexo do autor quantidade e %						
Programa de Pós- Graduação	Dissertações e/ou teses defendidas por sexo do autor				Total de dissertações e/ou teses defendidas	
	<i>Masc.</i>		<i>Fem.</i>			
Ciência Política	88	47,31	98	52,69	186	100
Ciências Humanas: Sociologia e Política	06	100	00	00	06	100
Comunicação	17	39,54	26	60,46	43	100
Educação	92	27,71	313	77,29	405	100
Filosofia	95	68,84	43	31,16	138	100
História	18	35,30	33	64,70	51	100
Psicologia Social	29	25	87	75	116	100
Sociologia	52	45,22	63	54,78	115	100
TOTAL	397	37,45	663	62,55	1060	100

Fonte: Ver relação, ao fim do trabalho.

A Tabela 2 apresenta a produção científica voltada para problemáticas de pesquisa centradas na mulher. Conforme pode ser visualizado, apenas no Programa de Mestrado em Psicologia Social do Departamento de Psicologia da FAFICH – UFMG, um número expressivo de trabalhos foram localizados, correspondendo a 18,10% do montante desenvolvido, sendo que, em se tratando do Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH – UFMG e do Programa de Mestrado em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social da FAFICH – UFMG, constatou-se que não foi produzido nenhum trabalho com essa preocupação.³⁰

Anais da 25ª Reunião Anual da ANPED. Educação: manifestos, lutas e utopias. Caxambu-Minas Gerais/ANPED, outubro de 2002.

³⁰ Em anexo, encontram-se as listagens das dissertações e teses mapeadas.

Tabela 2 Dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher quantidade e %				
Programa de Pós-Graduação	Dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher		Total de dissertações e/ou teses defendidas	
Ciência Política	06	3,22	186	100
Ciências Humanas: Sociologia e Política	00	00	06	100
Comunicação	00	00	43	100
Educação	26	6,42	405	100
Filosofia	04	2,90	138	100
História	01	1,96	51	100
Psicologia Social	21	18,10	116	100
Sociologia	02	1,73	115	100
TOTAL	60	5,66	1060	100

Fonte: Ver relação, ao fim do trabalho.

Ao tomar como universo essa produção científica voltada para problemáticas de pesquisa centradas na mulher, percebe-se, conforme pode ser observado na Tabela 3, que a maioria desses trabalhos são desenvolvidos e orientados por pessoas do sexo feminino. Em três dos oito Programas de Pós-Graduação, considerando a autoria, 100% são mulheres; em outros dois Programas, esse número percentual ultrapassa a casa dos 80%. O Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia do Departamento de Filosofia da FAFICH – UFMG, apresenta o valor percentual mais baixo, mas que não é inexpressivo: 50%. Já em se tratando da orientação, em dois Programas de Pós-Graduação, 100% das orientadoras dos trabalhos levantados são mulheres, em outros dois, esse número é maior que 80%, em mais outros dois, equivalente a 50%.

“guerra dos sexos” na historiografia

TABELA 3 Dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher por sexo do autor e orientador quantidade e %										
Programa de Pós-Graduação	Dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher por sexo do autor				Dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher por sexo do orientador				Total de dissertações e/ou teses defendidas voltadas para a temática mulher	
	Masc. %		Fem. %		Masc. %		Fem. %			
Ciência Política	00	00	06	100	02	33,33	03	50	06*	100
Ciências Humanas: Sociologia e Política	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Comunicação	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Educação	03	11,54	23	88,46	03	11,54	23	88,46	26	100
Filosofia	02	50	02	50	02	50	02	50	04	100
História	00	00	01	100	00	00	01	100	01	100
Psicologia Social	04	19,05	17	80,95	03	14,28	17	80,95	21*	100
Sociologia	00	00	02	100	00	00	02	100	02	100
TOTAL	09	15	51	85	10	16,66	48	80	60*	100

Fonte: Ver relação, ao fim do trabalho.

*Dissertações não indicavam o nome do orientador(a).

No Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da FAFICH – UFMG, especificamente, de um montante de 51 dissertações de mestrado defendidas, sendo 33 desenvolvidas por pessoas do sexo feminino e 18 por pessoas do sexo masculino, apenas uma única versa sobre a mulher. Trata-se de “Movimento feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia”, dissertação de autoria de Anna Flávia Arruda Lanna e orientação de Lucília de Almeida Neves, defendida em 1996. Ou seja, somente 1,96% do total das dissertações defendidas está voltada para a temática mulher. E é interessante notar que o trabalho mencionado está inserido na linha de pesquisa em História Política, hegemônica nesse Programa de Pós-Graduação.

É importante ressaltar, finalmente, a existência de Grupos de Pesquisas voltados para o estudo da temática mulher no Departamento de Psicologia da FAFICH – UFMG e na FaE – UFMG (esse último já inativo). Parece ser possível associar a existência desses grupos a uma produção mais sistemática de trabalhos de pós-graduação centrados na figura da mulher.

Bourdieu defende que é uma situação objetiva, exterior ao sujeito, ou seja, que ele não define ou controla, que determina a escolha dos pesquisadores por um ou outro objeto de pesquisa: a hierarquia social dos objetos de pesquisa.

Segundo o autor, a Ciência e o fazer científico são marcados por essa hierarquia social, que significa uma “(...) distinção entre os objetos nobres e os objetos ignóbeis, ou entre as maneiras ignóbeis e as maneiras nobres (...) de tratá-los”.³¹ O norte que orienta o investimento dos pesquisadores em temáticas de estudo e metodologias de trabalho é exatamente tal pirâmide hierárquica, já que o pesquisador tem consciência de que

...os trabalhos (cientificamente) mais importantes sobre os objetos mais ‘insignificantes’ têm poucas oportunidades de ter, aos olhos daqueles que interiorizam o sistema de classificação em vigor, tanto valor quanto os trabalhos mais insignificantes (cientificamente) sobre os objetos mais “importantes” (...)³²

A hierarquia social dos objetos de pesquisa é a raiz de uma espécie de “silêncio científico” sobre algumas temáticas e, ao mesmo tempo, de uma “redundância científica” em relação a outras, sendo que o preço da redundância é o silêncio.

³¹ BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio Mendes. (orgs.) *Pierre Bourdieu. Escritos de Educação*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998, p.35. [Tradução de Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. *Méthode scientifique et hiérarchie sociale des objets. Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 1, Paris, jan/1975.]

³² ID., IB., p.36.

“guerra dos sexos” na historiografia

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso. É isso o que faz com que 1472 livros sobre Alexandre o Grande tenham sido escritos, dos quais apenas dois seriam necessários (...)³³

A hierarquia termina, ainda, por organizar os campos científicos em uma estrutura polarizada, que opõe o nobre e o ignóbil, os objetos e métodos ortodoxos e os com pretensão à consagração. Para além do legítimo e do legitimável, dispostos em posições antagônicas, encontra-se o indigno, ao qual sequer é dado o status de Ciência.

O universo das práticas científicas, dessa forma, está intimamente associado a critérios hegemônicos de excelência, que definem os objetos de estudo e criam um conflito polarizado, contribuindo de maneira definitiva para a manutenção da pirâmide hierárquica na Ciência. Certas revoluções científicas, por sua vez, são, simplesmente, a redefinição das fronteiras entre o nobre e o ignóbil, entre o legítimo, o legitimável e o indigno.

Retomando os números explicitados anteriormente, o movimento proposto por Bourdieu é perceptível, no que tange a escolha das mulheres como objeto de estudo pelos pesquisadores das Ciências Humanas. Entretanto, o mesmo parece estar conjugado com um segundo movimento, em que o norte da escolha pelo objeto de pesquisa é a própria subjetividade do pesquisador. Ou seja, quando escolhe, é de si que o pesquisador está embebido.

Se, por um lado, uma hierarquia social dos objetos de pesquisa termina por conferir um lugar marginal às mulheres, o que explicaria o número pouco expressivo de estudos sobre a temática, por outro, o papel da subjetividade do pesquisador não pode ser

³³ Id., *ib.*, p.35.

menosprezado, já que a grande maioria dos trabalhos levantados é de autoria feminina. As “temáticas da moda”, como foram até bem recentemente o movimento operário, por exemplo, parecem ser significativas na mobilização daqueles pesquisadores que, pela sua pertença, não se interessariam naturalmente por um tema. As preocupações individuais de pesquisa, por sua vez, parecem ser reprimidas pela pirâmide hierárquica, quando consideradas condenáveis. A hierarquia social dos objetos, dessa forma, ao mesmo tempo, não incentiva e reprime o interesse por determinadas temáticas de estudo, mas uma associação entre a subjetividade do pesquisador e a subversão de tal hierarquia, quando a mesma ocorre, não pode deixar de ser pontuada. Finalmente, é perceptível uma tentativa de incluir temas marginais na pirâmide hierárquica, a partir de seus pressupostos internos, associando, por exemplo, mulher e política em pesquisas historiográficas. De certa forma, essas iniciativas também podem ser consideradas práticas subversivas fundadas no subjetivo.

“guerra dos sexos” na historiografia

Anexos

Listagem das dissertações relacionadas à temática mulher, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH-UFMG, entre 1970 e 2001:

ARAÚJO, Lourdes Maria Silva. Mulheres na vida pública e o feminismo no Estado. Dissertação de mestrado, 1992.

BRENES, Anayansi Correa. Mulheres poliqueixosas ou maior desgaste: conseqüências da “condição feminina” no processo saúde-doença. Dissertação de mestrado, 1987.

MARQUES, Maria Dirlene Trindade. As características da força de trabalho feminina no setor eletro-eletrônico. Um estudo de caso. Dissertação de mestrado, 1986.

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. Condição feminina, condição operária. Um estudo de caso sobre operários têxteis. Dissertação de mestrado, 1983.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964. Dissertação de mestrado, 1983.

URRUTIA, Verônica Gómez. Estado e movimentos sociais na obra de J. Habermas e A. Giddens: uma análise do conceito de reflexividade para a compreensão do movimento de mulheres. Dissertação de mestrado, 2000.

Listagem das dissertações e teses relacionadas à temática mulher, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da FaE-UFMG, entre 1977 e 2001:

ABRAS, Maria Cecília de Medeiros. A influência da habilitação em serviço na prática do/a professor/a. Dissertação de mestrado, 1998.

ALTMANN, Helena. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física. Dissertação de mestrado, 1998.

ANTÔNIO, Manuel. Gênero e identidade racial de crianças negras e brancas na prática de uma professora de pré-escola. Dissertação de mestrado, 1999.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. As invisíveis armadilhas do magistério: ambigüidades e paradoxos da professora primária no cotidiano da escola. Dissertação de mestrado, 1994.

- BAPTISTA, Mônica Correia. A (de) formação da professora alfabetizadora. Dissertação de mestrado, 1996.
- CÂNDIDO, Vanderlei Gomide. Processo de trabalho – a luta pela preservação do corpo, uma nova identidade feminina. Dissertação de mestrado, 1994.
- CHAMON, Magda Lúcia. Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930). Tese de doutorado, 1996.
- CORRÊA, Maria Lúcia. Meninos e meninas de rua: um olhar sobre as vivências e as repercussões destas em um programa de atendimento. Dissertação de mestrado, 1998.
- COSER, Silvana Maria Leal. Do ruído à fala – análise da experiência de participação política de mulheres em Minas Gerais, na década de 75-85, em partidos, sindicatos e movimentos sociais de mulheres. Dissertação de mestrado, 1989.
- DIAS, Nelsina Melo Oliveira. Mulheres – sanitaristas de pés-descalços. Dissertação de mestrado, 1986.
- DIAS, Regina Célia. O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania. Dissertação de mestrado, 1995.
- DINIZ, Margareth. A mulher-professora em desvio de função por transtorno mental. Dissertação de mestrado, 1997.
- DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora. Dissertação de mestrado, 1988.
- DURÃES, Sarah Jane Alves. Percurso escolar, origem social e gênero na escola pelo magistério. Dissertação de mestrado, 1995.
- ESTANISLAU, Lídia Avelar. De cigarra a formiga: um estudo do trabalho feminino em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, 1981.
- FIGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do Bairro Industrial. Dissertação de mestrado, 1986.
- GANNAN, Sônia Turfi. Condições de atuação educativa da professora leiga na escola rural. Uma realidade em transformação. Dissertação de mestrado, 1985.

“guerra dos sexos” na historiografia

GOMES, Nilma Lino. A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial. Um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, 1994.

HYPÓLITO, Álvaro Luiz Moreira. Processo de trabalho docente: uma análise a partir das relações de classe e de gênero. Dissertação de mestrado, 1994.

KLINKE, Karine. Meninas em estado de sítio. Dissertação de mestrado, 1998.

LACERDA, Lilian Maria de. Álbum de leituras: memórias de vida, história de leitoras. Tese de doutorado, 1999.

MARÇAL, Juliane Corrêa. Domesticidade e profissionalismo. Relações de trabalho e de gênero na escola pública. Dissertação de mestrado, 1994.

NOVAES, Maria Eliana. Professora Primária: mestra ou tia. Um estudo sobre a segmentação do trabalho docente. Dissertação de mestrado, 1981.

OLIVEIRA, Zenaide Ferreira Fernandes. Apesar de tudo, bem sucedidas... Um estudo sobre alfabetizadoras de escolas públicas de periferia. Dissertação de mestrado, 1989.

SANTOS, Gláucia Romualdo. Mulher não branca e magistério primário: uma versão em preto e branco da professorinha de azul e branco. Dissertação de mestrado, 2001.

SANTOS, Íris Jose dos. Mulher e religião: um estudo sócio-histórico sobre o movimento do Graal. Dissertação de mestrado, 1998.

Listagem das dissertações e teses que discutem a produção filosófica de mulheres, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG, entre 1994 e 2002.

DINIZ, Nádia Souki. Banalidade do mal em Hannah Arendt. 1995.

OLIVEIRA, José Luiz de. A faculdade do juízo no pensamento político de Hannah Arendt. 2001.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. Alter mei: a mulher enquanto (o) outro em Simone de Beauvoir. 1995.

XARÃO, José Francisco. Ação e política: a reconsideração da vita activa na obra de Hannah Arendt. 1999.

Listagem das dissertações relacionadas à temática mulher, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado em História do Departamento de História da FAFICH-UFMG, entre 1993 e 2000.

LANNA, Ana Flávia Arruda. Movimento feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia. Dissertação de mestrado, 1996.

Listagem das dissertações relacionadas à temática mulher, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado em Psicologia Social do Departamento de Psicologia da FAFICH-UFMG, entre 1991 e 2002.

CALZAVARA, Maria Gláucia Pires. O feminino e a homossexualidade masculina. Dissertação de Mestrado, 2000.

CAMPOS, Regina Célia Pereira. AIDS e relações de gênero. A trajetória afetivo-sexual de mulheres soropositivas na cidade de Belo Horizonte/MG – Brasil. Dissertação de Mestrado, 1996.

CANDIANI, Deuslira Maria de Araújo. A construção da identidade de gênero na relação filha-mãe em mulheres homossexuais. Dissertação de Mestrado, 1992.

CASTRO, Roselane Martins Cardoso de. A quem pertencem as crianças? Representações sociais da infância em processos de guarda de menores das varas de família de Belo Horizonte (1990-1995). Dissertação de Mestrado, 1996.

COELHO, Sônia Vieira. Além de dois: representações de gênero na comunicação do casal. Dissertação de Mestrado, 1996.

ESQUARCIO, Deborah Costa. A transformação do afeto no mundo contemporâneo: um estudo fenomenológico da vivência amorosa. Dissertação de mestrado, 2002.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Transformações da identidade de gênero entre mulheres no século XX, em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2000.

LANNA, Maria dos Anjos Lara. Modernidade, amor e crise: um estudo sobre o modo como a apropriação reflexiva do discurso do amor moderno se manifesta na crise amorosa. Dissertação de Mestrado, 2000.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Aspectos psicossociais da gravidez e suas influências na construção de identidade e nas relações de gênero. Dissertação de Mestrado, 1994.

“guerra dos sexos” na historiografia

MOREIRA, Ramon Luiz Braga Dias. Representações sociais da violência sexual. A partir de pacientes atendidas em um hospital público de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, 1997.

NASCIMENTO, Elizabeth do. Investigação da representação da figura materna em drogadictos homens e mulheres. Dissertação de Mestrado, 1993.

NOGUEIRA, Tânia da Glória. Continuidades e mudanças no discurso de homens de duas gerações contemporâneas: sobre a mulher, sobre o homem, sobre o relacionamento afetivo-sexual. Dissertação de mestrado, 2002.

PACHECO, Vanise Goulart. Gênero, saúde e trabalho: fatores que interagem no desenvolvimento de LER em trabalhadores telefônicos. Dissertação de mestrado, 2002.

RIBEIRO, Simone de. Reinventando o cotidiano: relações de gênero e organização familiar em classe popular. Dissertação de mestrado, 2002.

REIS, Bruno Fróes dos. Verificação da manifestação do arquétipo da grande mãe. Um estudo em uma irmandade religiosa de São João Del Rey. Dissertação de Mestrado, 1995.

REIS FILHO, José Tiago dos. Ninguém atravessa o arco-íris. A subjetividade na história de negros e negras pobres. Dissertação de Mestrado, 1995.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. Representações sociais de professoras sobre a relação professor-aluno em sala de aula. Dissertação de Mestrado, 1995.

ROEDEL, Sônia. Representações da contracepção e de práticas contraceptivas. Dissertação de Mestrado, 1991.

SANTOS, Margareth Ferreira. Representação social do câncer de mama. Dissertação de Mestrado, 1996.

SMIGAY, Karin Elle von. Paternidade negada: uma construção ao estudo do aborto provocado. Dissertação de Mestrado, 1993.

SOUZA, Débora de Hollanda. O relacionamento amoroso: uma análise dentro da perspectiva de gênero. Dissertação de Mestrado, 1997.

Listagem das dissertações relacionadas à temática mulher, desenvolvidas junto ao Programa de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH-UFMG, entre 1985 e 2002.

SANTANA, Sylvana de Castro Pessoa. Passando dos limites. Estudos sobre mulheres em espaços ocupacionais masculinos. Dissertação de mestrado, 1992.

STEFANI, Eliana Fonseca. Aborto: as contradições do feminino. Dissertação de mestrado, 1987.

Fontes

– Relação de dissertações defendidas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH-UFMG, entre os anos de 1970 e 2001. Dados coletados na Secretaria de Pós-Graduação em Ciência Política da FAFICH-UFMG, no dia 08/10/2002.

– Atas de defesa de teses do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH – UFMG. Pesquisa realizada na Secretaria de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política, no dia 09/10/2002.

– Fichas de catalogação referente às dissertações defendidas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social da FAFICH-UFMG, entre os anos de 1997 e 2002. Dados coletados na Secretaria de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAFICH-UFMG, no dia 07/10/2002.

– Catálogo de dissertações e teses defendidas no curso de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE-UFMG, entre os anos de 1977 e 2001, e depositadas na Biblioteca da FaE-UFMG. Dados coletados na Biblioteca da FaE-UFMG, nos dias 17/07/2002 e 22/07/2002.

– Relação de dissertações e teses defendidas no curso de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG, entre os anos de 1994 e 2002. Dados

“guerra dos sexos” na historiografia

acessados pelo site <http://www.fafich.ufmg.br/fil/disserta.htm>, em 17/07/2002.

– Relação de dissertações defendidas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da FAFICH-UFMG, entre os anos de 1993 e 2000. Dados acessados pelo site <http://www.fafich.ufmg.br/hist/dissert.htm>, em 17/07/2002.

– Relação de dissertações defendidas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Departamento de Psicologia da FAFICH-UFMG, entre os anos de 1991 e 2002. Dados acessados pelo site <http://kant.fafich.ufmg.br/~mestpsi/Defesas.htm>, em 17/07/2002 e 07/10/2002.

– Atas de defesas das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da FAFICH – UFMG. Pesquisa realizada na Secretaria do Mestrado em Sociologia da FAFICH – UFMG, no dia 09/10/2002.